

Câmara aprova mudanças na fiscalização da Capital

Projeto busca unificar ações fiscalizatórias em Porto Alegre

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Luana Pazutti
luana.pazutti@jcrs.com.br

Os vereadores da Câmara de Porto Alegre aprovaram ontem o projeto de Lei Complementar do Executivo que institui o Sistema Municipal de Fiscalização. A iniciativa foi aprovada pela casa legislativa sem o apoio da oposição, que teve as suas emendas rejeitadas. Entre as emendas propostas, foram aprovadas no plenário apenas três, sendo todas elas de autoria do vereador Idenir Cecchim (MDB), líder do governo Sebastião Melo (MDB) no Parlamento.

A proposta institui o marco regulatório do Sistema Municipal de Fiscalização, com o objetivo de “unificar, padronizar e centralizar as ações de fiscalização realizadas no Município”. O sistema será dividido em dois eixos: um econômico e sanitário; e outro urbano, ambiental e de patrimônio histórico, cultural e artístico.

O projeto ainda institui a carreira de agente de Fiscalização Municipal, assim como cria a Secretaria Executiva de Fiscalização (Sefis), que será vinculada à Secretaria Municipal de Segurança (SMSeg), como órgão responsável pela gestão do Sistema Municipal de Fiscalização.

A líder dos opositores de Melo na Casa, Karen Santos (PSOL) defendeu que “a oposição



Servidores da categoria acompanharam votação da proposta

não é contrária à unificação, mas não acha razoável que essa unificação desvalorize quem está na ativa hoje”. Para a vereadora, faltou diálogo para construir um projeto justo e aprovar as emendas propostas pela esquerda.

Entre as principais discordâncias do bloco de oposição em relação ao projeto, destaca-se, segundo Karen, o valor base para o plano de carreira dos servidores, que está “abaixo dos demais municípios, desvalorizando a categoria na capital gaúcha”. Na tribuna, a parlamentar chamou atenção para a necessidade de novas reivindicações após a aprovação da matéria.

Por outro lado, o líder da base, Idenir Cecchim, afirmou que a iniciativa “dá nomes e dá dignidade à profissão”. “Sei da importância da fiscalização para

o bom funcionamento das coisas na cidade. A fiscalização é tão importante que esse projeto está sendo construído há muito tempo, com muitas mãos e muitas cabeças”, afirmou.

O parlamentar entende que a unificação “não faz com que todos os fiscais precisem fazer tudo ao mesmo tempo”. “Existe uma organização. Tudo será pensado conforme a competência do fiscal em setores que ele esteja treinado”, explicou. O vereador ainda afirmou que essa proposta não se trata de um projeto da base ou da oposição, mas sim de Porto Alegre.

Para a diretora-geral de Fiscalização de Porto Alegre, Lorecinda Abrão, a mudança deve proporcionar maior agilidade à categoria, que hoje está compartimentada em oito órgãos.

Defesa volta a pedir prisão domiciliar para Bolsonaro

/ JUSTIÇA

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) reiterou ontem ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, o pedido de progressão do regime fechado para prisão domiciliar em caráter humanitário. Bolsonaro está preso desde 15 de janeiro no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, conhecido como Papudinha.

No requerimento de 11 páginas, os advogados Celso Sanchez Vilaridi, Paulo Amador da Cunha Bueno e Daniel Bettamio Tesser afirmam que o ex-presidente apresenta um “quadro de doenças crônicas múltiplas, sequelas cirúrgicas relevantes e alterações funcionais”, que, segundo a defesa, justificam a concessão do benefício.

O documento lista “sucessivas internações, múltiplas cirurgias abdominais, episódios recorrentes de pneumonia aspirativa, apneia obstrutiva do sono em grau grave, hipertensão arterial sistêmica, aterosclerose coronariana e carotídea, além de alterações neurológicas e instabilidade postural. A defesa também menciona o uso contínuo de medicações com efeitos centrais e cardiovasculares”.

A petição sustenta que a manutenção do ex-presidente no regime fechado pode gerar “conse-

quências graves ou irreversíveis”, caso ele não seja autorizado a cumprir em casa a pena de 27 anos e 3 meses por tentativa de golpe de Estado.

Na última semana, um parecer médico elaborado por peritos da Polícia Federal concluiu que o estado de saúde de Bolsonaro requer acompanhamento contínuo, mas não impede sua permanência no presídio.

A avaliação clínica apontou a necessidade de monitoramento rigoroso da pressão arterial, hidratação adequada, alimentação fracionada, exames periódicos e uso contínuo de aparelho para tratamento da apneia do sono.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Termo “leite” em embalagens

O plenário da Câmara dos Deputados pode votar nas próximas sessões o Projeto de Lei 10.556/2018, que proíbe o uso da palavra “leite” em embalagens e rótulos de alimentos que não tenham origem animal. A proposta também reserva exclusivamente para derivados lácteos termos como queijo, manteiga, requeijão, creme de leite, e bebida láctea. A matéria tramita em regime de urgência e, por isso, pode ser analisada diretamente no plenário, sem passar pelas comissões permanentes da Casa.

Origem da proposta

O projeto foi apresentado em 2018, pela então deputada, e atual senadora, Tereza Cristina (PP-MS). Segundo a autora, “o uso do termo (leite) para bebidas vegetais, pode gerar confusão no consumidor e prejudicar produtores da cadeia leiteira”. Ela argumenta que a denominação tradicional deve ser preservada para produtos de origem animal, garantindo clareza na rotulagem e segurança na informação ao público.

Relatoria de Heitor Schuch



Na Comissão de Indústria, Comércio e Serviço, o relator, deputado gaúcho Heitor Schuch (PSB, foto), apresentou parecer favorável à proposta, e defendeu regras mais rígidas de identificação dos produtos. Schuch chegou a ampliar o alcance do texto, sugerindo também a restrição do uso do termo “carne” para produtos vegetais conhecidos como “plant-based”, mas o relatório não chegou a ser votado antes de o projeto avançar em regime de urgência.

Defesa do setor

Heitor Schuch destacou à coluna Repórter Brasília a importância da pecuária leiteira para a economia regional, especialmente no Sul do País. Segundo o deputado, “a diferenciação clara entre produtos de origem animal e vegetal contribui para evitar confusão ao consumidor e proteger a renda de produtores”. A avaliação é de que a rotulagem precisa refletir a composição real dos alimentos, garantindo transparência no mercado.

Posição de Bohn Gass

Durante a votação do requerimento de urgência, o deputado Bohn Gass (PT-RS) manifestou apoio à proposta. Ele afirmou “que a concorrência com bebidas vegetais ocorre em um momento de dificuldade para os produtores de leite”.

Renda justa para o produtor

“O produtor precisa receber uma renda justa. Quando o preço cai para quem produz, muitas vezes não cai no atacado, e o consumidor continua pagando caro. Essa identificação e caracterização são importantes para que o projeto seja aprovado”, afirmou Bohn Gass.

Debate no Plenário

A votação ainda não tem data definida, mas o tema deve mobilizar setores do agronegócio, da indústria de alimentos e do mercado de produtos vegetais. O debate envolve rotulagem, concorrência e transparência ao consumidor, além dos impactos econômicos para produtores e empresas.

Imunidade parlamentar

O deputado gaúcho Márcio Biolchi (MDB) apoia a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia Constitucional. O parlamentar argumenta que o colegiado deve atuar na proteção dos pilares do Estado Democrático de Direito, incluindo a liberdade de expressão e a imunidade parlamentar.